

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.356 - SP (2019/0116814-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : JOSE VERGINIO DOS SANTOS
AGRAVANTE : ANDREA CARVALHO DOS SANTOS
ADVOGADO : ENOQUE TADEU DE MELO E OUTRO(S) - SP114021
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO CARMINATTI E OUTRO(S) - SP073573
GLÁUCIO HENRIQUE TADEU CAPELLO - SP206793

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. PRONUNCIAMENTO, NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, SOBRE MATÉRIA NÃO ANALISADA NA SENTENÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CONFIGURADA. NECESSIDADE DE EXAME PELO TRIBUNAL ESTADUAL DE QUESTÃO SUSCITADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por José Vergínio dos Santos e outra contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Décima Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso dos ora agravantes, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 362-363):

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Pretensão de produção de prova inócua à plena cognição da controvérsia Parte interessada que não demonstra a necessidade da dilação probatória Julgamento antecipado Possibilidade:
- Não há cerceamento de defesa no julgamento antecipado da lide quando as provas pleiteadas se mostram inócuas para a plena cognição da controvérsia.

JUROS

- Instituições financeiras Limitação a 12% Impossibilidade Inteligência da Súmula Vinculante n. 7 e da Súmula n. 596, ambas do STF;
- Não se aplica às instituições que integram o sistema financeiro nacional a limitação de juros a 12% ao ano, à luz do que dispõem a Súmula Vinculante n. 7 e a Súmula n. 596, ambas do STF.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

- Capitalização mensal dos juros - Admissibilidade - Inteligência do art. 28, § 1º, inc. I, da Lei n. 10.931/2004 - Contratação expressa - Necessidade - Entendimento consolidado pelo STJ;

- Com fundamento no art. 28, § 1º, inc. I, da Lei n. 10.931/2004 e na jurisprudência consolidada pelo STJ, admite-se a capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito bancário, desde que expressamente contratada.

- Alienação fiduciária - Busca e apreensão - Indeferimento da petição inicial - Ausência de interesse - Teoria do adimplemento substancial - Valor que não se mostra irrisório - Não ocorrência Nulidade da sentença Prosseguimento da ação;

- Não se vislumbra viável o indeferimento da petição inicial de ação de busca e apreensão com fundamento na aplicação da teoria do adimplemento substancial, quando o saldo devedor do contrato de alienação fiduciária não se mostra irrisório, frente ao montante total financiado, sendo de rigor a decretação de nulidade da sentença e não há sequer informações a respeito do inadimplemento, quando o requerido não foi citado.

RECURSO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, acolheram-se os do ora agravado e rejeitaram-se os dos ora agravantes.

Nas razões do apelo especial, os recorrentes indicaram violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 490 do CPC/2015, sob as seguintes assertivas: a) necessidade de devolução dos autos, pelo Tribunal de origem, à primeira instância, para pronunciamento sobre o pedido de quitação das parcelas depositadas, sob pena de supressão de instância; b) omissão, no acórdão estadual, quanto às teses de sonegação de informações e de impenhorabilidade do bem objeto de garantia.

Apontaram ofensa aos arts. 6º, III, do CDC e 422 do CC, sob a alegação de que não teriam sido devidamente alertados acerca dos riscos do negócio.

Relataram afronta aos arts. 1º e 3º da Lei n. 8.009/1990, sob a afirmação de que o imóvel seria bem de família e, portanto, impenhorável.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando os insurgentes a interpor o presente agravo, por meio do qual contestam a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, é importante destacar que a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que "não há que falar em ofensa ao duplo grau de jurisdição ou

mesmo em supressão de instância quando o Tribunal *a quo* aprecia o mérito da demanda, mesmo sem ter havido pronunciamento do Juiz de primeiro grau ou sequer menção da matéria pelo recorrente na apelação" (REsp 1.589.562/AL, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 17/10/2017, DJe 27/11/2017).

Nesse mesmo sentido:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELATUM. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO: EXTENSÃO E PROFUNDIDADE. PEDIDO CERTO E DETERMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E LUCROS CESSANTES. APRECIÇÃO CORRETA PELO TRIBUNAL A QUO. SÚMULAS 318 E 344 DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

7. Ademais, o § 3º do artigo 515 do CPC/1973 autoriza o julgamento da lide, em sede de apelação, quando a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condição de imediato julgamento, ainda que a sentença tenha extinto o processo sem resolução do mérito. Esta sistemática de julgamento, inclusive, é ampliada no Código de Processo Civil de 2015, nos incisos do § 3º do artigo 1.013 deste diploma legal.

8. Dessa forma, **se Tribunal *a quo* pode apreciar o mérito da demanda mesmo sem ter havido pronunciamento do Juízo de Primeiro Grau ou sequer devolução da matéria pelo recorrente na apelação**, com maior razão poderá fazê-lo quando a questão fez parte do pedido, foi apreciada na sentença e constou das razões recursais, como no caso dos autos.

(...)

13. Embargos de divergência improvidos.

(REsp 970.708/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/09/2017, DJe 20/10/2017)

Assim, por não divergir o acórdão estadual da jurisprudência do STJ, incide, no ponto, o enunciado n. 83 da Súmula do STJ, aplicável aos recursos interpostos com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

No mais, verifica-se que, nos embargos de declaração opostos na origem (e-STJ, fls. 374-388), os demandantes sustentaram que: (i) não teriam sido alertados sobre os riscos do negócio; e (ii) seria bem de família o imóvel dado em garantia, não podendo ser penhorado.

Todavia, ao julgar os referidos embargos, constata-se que a Corte de origem não se pronunciou de forma expressa a respeito do segundo tópico, o que caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido, deve ser complementado o acórdão proferido nos embargos de declaração para que seja suprida a omissão apontada, sob pena de o recurso especial não poder ser julgado neste Superior Tribunal de Justiça, nesse enfoque, à minguada do indispensável prequestionamento.

Sobre o tema:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÕES APTAS, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO.

1. Caracteriza-se a ofensa ao art. 535, II, do CPC nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a interposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questões pertinentes para a resolução da lide.

2. A falta de pronunciamento a respeito da pactuação da capitalização mensal caracteriza negativa de prestação jurisdicional que não encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp n. 502.635/PA, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 18/8/2014)

PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1.- Há omissão, com ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil, no julgado que deixa de examinar as questões versadas no recurso que lhe foi submetido, cuja apreciação era relevante para o deslinde da controvérsia.

2.- O Tribunal de origem, embora expondo o fundamento de que a rescisão teria ocorrido antes do óbito do genitor do autor, não analisou os demais fundamentos expostos nos Embargos de Declaração, referidos acima, no relatório do presente. A falta caracteriza ofensa ao art. 535 do Cód. de Proc. Civil, de modo que necessária a anulação do Acórdão dos Embargos de Declaração, para que outro julgamento seja realizado, integrando-se o julgado de origem, mediante expresse enfoque das questões salientadas.

3.- Recurso Especial provido, anulando-se o julgamento dos Embargos de declaração, retornando os autos ao Tribunal de origem para que outro julgamento se profira integrando o julgado.

(REsp n. 1.371.844/SP, Relator o Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe de 19/3/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NULIDADE DO ACÓRDÃO EMBARGADO. NECESSIDADE DE EXAME DA QUESTÃO PELA CORTE DE ORIGEM. RECURSO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem não se pronunciou sobre a ampliação da constrição já fixada no auto de penhora, fato que caracteriza ofensa ao artigo 535 do CPC e autoriza a anulação do acórdão embargado, determinando-se que, sanado o vício, outro seja proferido em seu lugar, com a exclusão das multas impostas ao agravante.

2. Agravo regimental provido.

(AgRg nos EDcl no REsp n. 677.040/RJ, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 4/12/2012)

Diante do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial a fim de determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que proceda à integração do julgado, mediante a análise da matéria deduzida, mas não apreciada nos aclaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator